

RELATÓRIO
II ENCONTRO DE RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS E CENTROS-DIA
DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenação da Proteção Social Especial

Juliany Souza Santos,

Coordenadora

Carmen Cristina P. S. Zadra

Coordenadora Adjunta

Elaboração:

Residentes Técnicos:

Eduardo Silva Ricetti

Evelyn Cristina Brito Pinto

Gessica Greschuk Ribeiro

Colaboração:

Carmen Cristina P. S. Zadra

Luciane Taline da Costa

Larissa Sayuri Yamaguchi

Priscila Lopes de Oliveira

Solange de Fatima Ilivinski

Índice

1. Introdução.....	03
2. Palestra: Proteção Social e Cuidados na Situação de Dependência: O Novo Direito Social das Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas e suas Famílias	03
3. Panorama dos Centros-Dia no Paraná.....	06
4. Panorama das Residências Inclusivas no Paraná	08
5. Oficinas Centro-Dia	10
5.1. Metodologia.....	10
5.2. Oficina 1 – Conhecendo a Realidade	11
5.2.1. Perfil do Usuário/Público-Alvo	12
5.2.2. Metodologia de Trabalho para atendimento ao usuário.....	14
5.2.3. Referenciamento ao CREAS	15
5.3. Oficina 2 – Projetando o futuro	16
5.3.1. Quadro 1: Planejamento do Grupo 1	17
5.3.2. Quadro 2: Planejamento do Grupo 2	18
6. Oficinas Residências Inclusivas.....	20
6.1. Oficina 1: Conhecendo a realidade	20
6.2. Oficina 2 – Projetando e Planejando o Futuro	22
7. Avaliação do Encontro pelos participantes	23
8. Considerações Finais	24
9. Encaminhamentos	25
10. Anexos	26

1. INTRODUÇÃO

Nos dias 04 e 05 de setembro de 2018 foi realizado o II Encontro de Residências Inclusivas e Centros-Dia do Estado do Paraná. Além de dar continuidade à edição anterior, ocorrida em abril de 2017. Para esse Encontro imprimimos uma característica diferenciada ampliando a participação, cujo público-alvo foi distinto e ao mesmo tempo diversificado na perspectiva de compartilhar experiências e propiciar troca de informações entre os profissionais. Desta forma, contou-se com representantes dos 22 Escritórios Regionais - ERs da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, Secretarias Estaduais: da Saúde, da Educação e do Trabalho, Ministério Público, Federação das APAEs, entidades e serviços parceiros no acolhimento de pessoas com deficiência e representantes das equipes técnicas das Residências Inclusivas - RIs e Centros-Dia, deste último sendo de 1 município por regional com técnicos do órgão gestor da assistência social, CREAS e unidade Centro-Dia, tanto governamentais, quanto governamentais, cuja participação totalizou em 158 pessoas.

O objetivo desse Encontro foi de aprimorar o processo de discussão quanto a metodologia de trabalho dos serviços e perfil dos usuários, acompanhar e orientar o trabalho desenvolvido nas unidades de Residência Inclusiva e Centro-Dia, além de promover relatos da prática destas unidades e trocas de experiência entre os técnicos a fim de verificar os desafios e avanços na oferta dos serviços, criando conexões entre os diferentes atores que executam a política de assistência social.

Cabe reforçar, que a discussão iniciada neste Encontro foi para o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias – PCDIF, ofertado pela rede socioassistencial governamental e não governamental, posteriormente deve-se agregar discussão e capacitação para a oferta deste Serviço no CREAS e no domicílio do beneficiário.

2. PALESTRA PROTEÇÃO SOCIAL E CUIDADOS NA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: O NOVO DIREITO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS

A representante do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social Sra. Deusina Lopes da Cruz, colaborou nas discussões, trazendo novas perspectivas e articulações necessárias para o atendimento à pessoa com deficiência e idosa pela política de assistência social.

Iniciou discorrendo a respeito das famílias e dos diversos obstáculos que estão postos para que estas famílias possam oferecer o devido cuidado ao idoso ou ao familiar com deficiência. Pontuou que a ausência de políticas públicas de cuidado acabam proporcionando diversas situações de violência, que são sofridas por toda a família.

Cobra-se que as famílias possam ofertar o melhor cuidado sem que se ofereça condições para que isso aconteça. Os novos arranjos e dinâmicas devem ser considerados ao se pensar nas condições para se ofertar esses cuidados, é grande o número de famílias monoparentais, chefiada por mulheres, sendo estas as principais cuidadoras. Diante desta realidade, há uma impossibilidade de conciliar os cuidados com trabalho, estudos e outras atividades, além de muitas vezes haver mais de uma pessoa necessitando de cuidados dentro de uma mesma família. Sra. Deusina ressalta que, ao pensarmos na violação de direitos pelas quais as pessoas com deficiência passam, também devemos considerar a possibilidade de existir uma família inteira passando por uma série de violações que devem ser vistas e que as políticas públicas devem acolher.

Expôs que há diversas barreiras de acessibilidade para as pessoas idosas e com deficiência, destacando as barreiras atitudinais, que seriam “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem as vivências com estigma, preconceitos, isolamento, invisibilidade social e outras violências”.

Traz a definição de pessoa com deficiência, com base na definição da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, como sendo aquelas que “têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental, auditiva, visual, os quais em interação com diversas barreiras, obstruem sua participação social em condição de igualdade com as demais pessoas”.

Citou variadas estratégias de tecnologias assistivas ou de ajuda técnica que buscam promover a autonomia, independência, inclusão e acessibilidade para esse público, assim como demonstrou que o acesso a essas estratégias é garantido por leis, que muitas vezes não são respeitadas.

A palestrante pontuou ações que são necessárias desenvolver para garantir os direitos dessas pessoas. Tais como, ações que ampliem as condições de cuidar das famílias, considerando as dimensões coletivas das fragilidades do cuidar, ações que diminuam riscos de

violência, negligência, maus tratos e abandono, que previnem a institucionalização e a situação de rua dessa população. Assim como compartilhar com as famílias os altos custos dos cuidados, ampliando os serviços de cuidados nos: Centros-Dia; apoio no domicílio; acesso a benefícios, isenções, entre outras estratégias.

Destacou a importância de capacitar profissionais de nível médio para atuação como apoio, mediadores, assistentes das pessoas em situação de dependência, em distintos serviços, no domicílio e na comunidade. Assim como qualificar os serviços de acolhimento do SUAS na perspectiva de alternativas de moradia (quando necessária) e de cuidado integral, com equipe de profissionais qualificados e na quantidade necessária, com espaços físicos adequados/acessíveis, acesso aos serviços no território, que se amplie os vínculos familiares, comunitários e sociais.

Ressaltou-se a necessidade de se ampliar a articulação das ações do SUAS com as áreas de saúde, educação, trabalho, moradia e outras, para garantir a proteção integral às pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias, em especial em situação de dependência, vulnerabilidade, risco e direitos violados.

Também apresentou os serviços ofertados no âmbito da proteção social especial para pessoas idosas e pessoas com deficiência com algum grau de dependência e como esses serviços podem se estruturar para melhor atender a esse público no próprio Município. Expôs o parâmetro de funcionamento do Centro-Dia de acordo com as orientações técnicas do MDS, apresentando os principais eixos:

- Estrutura do Serviço, Espaços Físicos, Equipe Técnica de Referência;
- Acolhida e Escuta Qualificada da Pessoa com Deficiência e da Família;
- Construção e Difusão de Informações;
- Desenvolvimento de Atividades e Atendimento à Pessoa com Deficiência e sua Família;
- Cuidado com os Cuidadores Familiares;
- Desenvolvimento de Ações de Gestão do Centro-Dia.

Em seguida foi apresentado o serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em Residências Inclusivas, demonstrando o que é esperado, de acordo com as normativas, para o funcionamento desse serviço e para quais situações ele se mostra

como a melhor opção.

Por fim, apresentou os diferentes tipos de serviços de acolhimento que são executados de acordo com a Política da Assistência Social, expôs dados relacionados à oferta dos serviços socioassistenciais no país, que podem ser acessados por meio da apresentação em slides “*Paraná – RI e Centros-Dia*”, elaborada por Deusina Lopes da Cruz.

3. PANORAMA DOS CENTROS-DIA NO PARANÁ

A apresentação referente aos Centros-Dia, que faz parte da Média Complexidade, realizada por Carmen Cristina Pereira Silva Zadra da CPSE/SEDS, apresentou primeiramente as diversas ações promovidas pela SEDS/PR com a finalidade de aprimorar o serviço oferecido no Estado, apontando a trajetória do assessoramento realizado por essa Secretaria, desde a implantação do Centro-Dia, piloto por se adequar as normativas e metodologia contida no documento “Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, ofertado em Centro-Dia - MDS/2012”, com cofinanciamento conjunto dos entes federal e estadual, no município de Curitiba, conforme Plano Nacional Viver Sem Limite.

O panorama baseou-se em informações contidas no CENSO SUAS 2017 e no CadSUAS. No CENSO SUAS 2017, o Paraná conta com 161 unidades identificadas como Centro-Dia não governamentais e 11 unidades identificadas como governamentais. Já no CadSUAS há 200 unidades identificadas como não governamentais e 10 como governamentais.

Das 172 unidades (Censo 2017) que atendem pessoas com deficiência, 69 estão inscritas em Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, havendo uma defasagem de 103 unidades sem a inscrição nesses conselhos. Dessas, 157 atendem crianças e adolescentes e 154 estão inscritas nos Conselhos dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, portanto apenas 03 não estão inscritas. Dessas ainda, 95 atendem idosos, sendo que 24 estão inscritas em Conselhos dos Direitos do Idoso, restando 71 que não estão. Pontuou-se que muitos municípios ainda não possuem os Conselhos para os segmentos específicos, como para a pessoa com deficiência e pessoa idosa, devendo, neste caso, os Centros-Dia estarem inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social.

Foi exposto que, de acordo com o Censo SUAS 2017, a maior parte dos Centros-Dia

que atendem pessoas com deficiência são vinculados a APAE. Levantou-se questões a respeito do trabalho realizado nas unidades, se de fato caracterizariam um serviço de Centro-Dia, pontuou-se que um dos problemas nessa identificação seria o questionário do Censo SUAS, possibilita essa opção pois está referenciado como “Centro-Dia ou similares” para se identificar o serviço oferecido. As instituições por não se verem contempladas em outros campos, assinalam que oferecem serviço similar ao de Centro-Dia.

Dos 172 Centros-Dia do Estado, 58 são referenciados a um CREAS. Pontuou-se que referenciar é estabelecer um processo de articulação regular e contínuo, sendo o CREAS o ponto de referência para conectar as ações desenvolvidas pelo Centro-Dia visando garantir a integração e complementaridade entre a rede socioassistencial e demais políticas públicas. O serviço referenciado é alinhado com as normativas do SUAS, sendo que, mesmo quando prestado em parceria com entidades se vincula ao SUAS, sendo que a oferta é gratuita de interesse e caráter público. Existe ainda o estabelecimento de compromissos, procedimentos comuns, específicos e/ou complementares, a definição de fluxos de encaminhamentos e troca de informações, estabelecendo mecanismos e instrumentos para registros de dados de gestão e avaliação de resultados. Assim, o CREAS tem uma ação inicial que se volta a superação da violação de direitos observando o território, enquanto que o Centro-Dia tem uma ação secundária voltada ao mesmo propósito, mas focado no usuário inserido naquele território, ou seja, são complementares na superação, com funções distintas e definidas entre as unidades.

Foram apresentadas as atividades realizadas pelos Centros-Dia, onde identificou-se que a maioria realiza as seguintes atividades: oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização, acompanhamento dos usuários encaminhados para a rede, encaminhamento para política de educação, registro de informações em prontuário, atividades com a família do usuário, estudo social, orientação e apoio nos autocuidados, orientação para realização de cadastro no CadÚnico, encaminhamento para serviços/unidades das demais políticas públicas, elaboração de relatórios sobre casos em acompanhamento, orientação sobre acesso a outros benefícios, orientação e apoio para obtenção de documentação pessoal, orientação sobre acesso ao Benefício da Prestação Continuada - BPC, encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais, encaminhamento para órgãos de defesa de direitos (Defensoria Pública,

Ministério Público, Conselho Tutelar etc.), encaminhamento para os serviços da rede de saúde, visitas domiciliares, acolhida e escuta inicial.

4. PANORAMA DAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS NO PARANÁ

Larissa Sayuri Yamaguchi, técnica da CPSE/SEDS, expôs em sua apresentação o panorama das Residências Inclusivas - RIs existentes no Estado do Paraná, pontuando que este é um serviço de Alta Complexidade, sendo a última medida de proteção social para jovens e adultos com deficiência. Explicou que, anterior ao acolhimento, há de existir ações promovidas pela rede intersetorial de políticas públicas que garantam os direitos dessas pessoas em seu Município de origem, evitando que o acolhimento institucional se torne mais uma violação de direitos.

As RIs começaram a ser implantadas no Estado do Paraná em 2013, sendo Cascavel o primeiro município a implantar, iniciando com 02 unidades municipais. No ano seguinte, 2014, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Toledo também implantaram, já o município de Apucarana no ano de 2015 e finalmente o município de Irati implantou duas Residências Inclusivas estaduais regionalizadas em 2016.

Os dados expostos na apresentação foram extraídos do Censo SUAS 2017 e dos Formulários RI – instrumental elaborado pela CPSE/SEDS-PR e preenchidos pelo órgão gestor da política da Assistência Social de cada Município em conjunto com as equipes técnicas das Residências Inclusivas.

Cada RI oferece até 10 vagas, tendo no momento 52 pessoas acolhidas nas RIs do estado, sendo 02 vagas ocupadas em Apucarana, 18 em Cascavel, 07 em Foz do Iguaçu, 09 em Ponta Grossa, 03 em Toledo e 13 em Irati. A maior parte do público atendido é feminino, somente Cascavel e Toledo têm homens acolhidos.

A maioria dos usuários são advindos de outras instituições e encontram-se institucionalizados há mais de dez anos, mas o tempo de acolhimento na RI é menor por ser um serviço implantado recentemente. Nos formulários consultados consta que alguns estão acolhidos há mais de 07 anos na RI, isso se deve ao fato de que algumas RI's foram implantadas em parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSC, que tornaram-se RIs ao se reordenarem

de acordo com a Política da Assistência Social. Portanto, o tempo total de acolhimento não seria no serviço de Residência Inclusiva, mas sim na instituição que já existia anteriormente.

A maior parte do público atendido encontra-se acolhido em sua cidade de origem, apenas em Toledo e Irati há residentes vindos de outros municípios. Neste último todas as acolhidas são de outros municípios por tratar-se de um serviço regionalizado.

De acordo com as informações fornecidas nos formulários, sabe-se que a maioria dos acolhidos têm deficiência intelectual. Uma das opções a serem assinaladas seria a deficiência psicossocial e viu-se a necessidade de esclarecer o que seria a deficiência psicossocial. Tal termo é utilizado para dar nome à deficiência originada do transtorno mental, sendo incluído no rol de deficiências pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), incorporada à legislação brasileira em 2008, onde definiu pessoas com deficiência como *“aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”* Quando o Transtorno Mental causa tais impedimentos, define-se que essa pessoa tem deficiência psicossocial.

Conforme informações do Censo SUAS 2017, 84,6% dos acolhidos recebem o BPC. Em apenas 01 (uma) RI uma parte deste benefício é destinada à instituição, nas demais o valor integral é utilizado conforme as necessidades e vontades de cada acolhido.

Todas as RI's trabalham com Projeto de Vida/Plano Individual de Acolhimento – PIA dos usuários, que é elaborado pela equipe técnica junto ao morador e seus familiares, sendo atualizados periodicamente e revisados sempre que necessário. Considerar as vontades e expectativas de futuro de cada usuário na elaboração do instrumento é de fundamental importância.

O Plano de Organização do Cotidiano – POC, é outro instrumento utilizado em todas as unidades. Este também é elaborado junto ao usuário e contém o plano de organização coletiva/individual, regras e normas, atividades, tem característica dinâmica, se adequando às necessidades da casa. Ao elencar o instrumento é importante contemplar a articulação com outros equipamentos da rede e outras organizações presentes no território (associação de moradores, igrejas, clubes e etc.).

Um trabalho importante já realizado por 01 (uma) RI é a promoção de ações que busquem inserir os usuários na vida social e comunitária. Sabe-se que 86,5% dos acolhidos realizam atividades externas e 58% estudam. Um desafio que se apresenta à equipe técnica é garantir que essa participação na vida comunitária seja inclusiva, que os grupos realizados nos serviços da rede não sejam exclusivos para os moradores da Residência Inclusiva e que as atividades realizadas sejam de interesse do acolhido, evitando-se que estas se tornem uma obrigação devido à rotina do local.

Buscar fortalecer e manter os vínculos familiares é outro importante trabalho realizado pelas equipes das RIs, é ciente que 50% dos acolhidos mantém contato com suas famílias e todas as unidades trabalham para manutenção dos vínculos familiares, mesmo que não haja a possibilidade de reintegração.

Após o desacolhimento, a pessoa é acompanhada pela equipe técnica por cerca de seis meses. A articulação com toda a rede de políticas públicas que pode atender esse usuário ao ser desligado, seja devido à conquista de independência e autonomia ou à reintegração familiar, deve ser feita para garantir os direitos dessa pessoa, evitando-se a necessidade de um novo acolhimento.

5. OFICINAS CENTRO-DIA

5.1. Metodologia

Estiveram presentes nessas oficinas representantes dos Escritórios Regionais, representantes de equipes técnicas do órgão gestor, CREAS e Centro-Dia ou similar, dos municípios convidados para participação no evento, além de participantes externos de órgãos públicos parceiros da política de assistência social. Receberam convite, os Centros-Dia governamentais e entidades similares não-governamentais cadastradas no CadSUAS, tendo sido selecionada uma entidade por Escritório Regional, frente à impossibilidade de proporcionar a participação de todas as equipes do Estado do Paraná, que conta atualmente com 200 unidades cadastradas no referido sistema.

Os participantes formaram dois grupos distintos, as divisões respeitaram o local de atuação de cada profissional, permitindo que pessoas do mesmo município se mantivessem juntas durante as oficinas. Abaixo, encontra-se a relação de municípios e regionais que foram representados pelos participantes de ambos os grupos.

Municípios e Regionais do Grupo 01 (sob coordenação de Carmen e Luciane)	Municípios e Regionais do Grupo 02 (sob coordenação de Solange, com auxílio de Eduardo e Gêssica)
<ul style="list-style-type: none"> • Braganey • Carlópolis • Cascavel • Corbélia • Curitiba • Foz do Iguaçu • Francisco Beltrão • Guaíra • Guarapuava • Jacarezinho • Londrina • Maringá • Palmas • Palotina • Paranaíba • Pato Branco • Pinhão • Pitanga • Planaltina do Paraná • Realeza 	<ul style="list-style-type: none"> • Apucarana • Arapongas • Assaí • Bandeirantes • Cianorte • Cornélio Procópio • Curitiba • Guaratuba • Laranjeiras do Sul • Paranaguá • Paulo Frontin • Ponta Grossa • Sabáudia • São Sebastião da Amoreira • Umuarama • União da Vitória

O Grupo 01 foi formado por 47 participantes, divididos em 06 subgrupos. O Grupo 02 foi formado por 38 participantes, divididos em 04 subgrupos. Nos dois dias de oficina, manteve-se a divisão de grupos, pois havia continuidade entre as atividades, conforme serão descritas a seguir.

5.2. Oficina 01 – Conhecendo a Realidade

Em ambos os grupos houve o preenchimento de um instrumental (anexo 01) onde foram elencados desafios e potencialidades das unidades Centro-Dia e similares, partindo das três dimensões definidas pela equipe da PSE como alvo de discussão, com base em debates anteriores sobre tais unidades e sobre o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (aqui chamado de PcDIF). As dimensões foram:

- Perfil do Usuário / Público-alvo;
- Metodologia de Trabalho / de Atendimento ao Usuário;
- Referenciamento ao CREAS.

Ambos os grupos foram divididos em subgrupos, de aproximadamente dez participantes

cada, foi preenchido uma ficha do referido instrumental por subgrupo. Os agrupamentos respeitaram o local de atuação de cada participante, proporcionando que o técnico do Escritório Regional permanecesse junto aos representantes do órgão gestor, CREAS e Centro-Dia ou similar de sua respectiva área de abrangência. Foi proporcionado um período de aproximadamente 40 minutos, para que os subgrupos discutissem o conteúdo que em seguida apresentariam para o grupo maior.

Abaixo, encontra-se uma síntese dos desafios e potencialidades elencados para cada uma das três dimensões. Os tópicos foram anotados em um painel pelos organizadores e discutidos pelos participantes, enquanto apresentados. Desta forma foi possível elaborar a importância das qualidades apresentadas, levando os participantes a reconhecer seu poder de atuação e mudança, com vistas a superação dos desafios, em seguida elencados. Esta síntese deve subsidiar as próximas ações de assessoramento e capacitação a serem realizadas pelo estado junto aos municípios.

5.2.1. Perfil do Usuário / Público-alvo

Desafios	Potencialidades
<p>1) Ausência de diagnóstico territorial ou mesmo da própria Vigilância Socioassistencial nos municípios que dificulta a ampliação do atendimento nos territórios municipais;</p> <p>2) Ausência de busca ativa na comunidade;</p> <p>3) Distinguir Centro de Convivência de Centro-Dia;</p> <p>4) Criar critérios para identificar a demanda / necessidade dos usuários, considerando a heterogeneidade de necessidades dos usuários que dificulta o direcionamento ao atendimento para a política necessária (educação, saúde e assistência social, principalmente);</p> <p>5) Elaborar estratégias para evitar a evasão do público atendido;</p> <p>6) Diversidade de faixas etárias convivendo no mesmo espaço dificulta proporcionar a convivência intergeracional;</p> <p>7) Insegurança dos idosos em acessarem o serviço/ dificuldade de reconhecerem a necessidade de auxílio;</p>	<p>1) Existência de entidades no Município que atendem o público que pode ser caracterizado com sendo do Centro-Dia;</p> <p>2) Conselhos municipais organizados;</p> <p>3) Existência de demanda no município para oferta/implantação de serviço do tipo Centro-Dia;</p> <p>4) Reconhecimento e valorização da comunidade e dos usuários e suas famílias que já frequentam esses serviços;</p> <p>5) Crescente ampliação da capacidade de atendimento;</p> <p>6) As pessoas com deficiência e/ou idosas são atendidas com atenção às suas especificidades (tipo de deficiência e/ou dependência e faixa etária);</p> <p>7) Vínculo de qualidade entre os usuários e a equipe técnica, o que aumenta as chances de permanência dos usuários nos serviços;</p> <p>8) Aproximação das entidades junto aos órgãos gestores.</p>

8) Rotatividade de profissionais nas equipes técnicas.	
---	--

Ao discutir o Perfil do Usuário / Público-alvo, de modo geral as unidades similares ao Centro-Dia tiveram dificuldades em reconhecerem-se como tal. Normalmente, estas unidades atendem um público distinto do proposto ao Centro-Dia, especialmente no que diz respeito a ocorrência de violações de direitos, seja por dificuldade do mapeamento da população com deficiência e idosa que sofre violação de direitos nos territórios municipais ou porque esta população já é atendida em outros equipamentos que não as unidades similares cadastradas no CadSUAS (como nos próprios CREAS ou equipes de PSE vinculadas aos órgãos gestores ou até mesmo no CRAS e outros equipamentos da rede).

Além disso, embora o trabalho realizado nestas unidades promova o desenvolvimento de habilidades importantes para o aumento da autonomia dos usuários no que diz respeito a realização das suas atividades de vida diária e de vida prática, nem sempre o objetivo central das unidades é este; por vezes, desenvolver atividades de convivência ou atividades relacionadas ao aprendizado escolar/educacional, ou mesmo ao atendimento das necessidades de saúde dos usuários são objetivos mais proeminentes nestas unidades do que a ampliação da autonomia.

Observou-se durante o debate, portanto, que não são claras as características para a definição do público-alvo de uma unidade Centro-Dia. A maior parte das instituições representadas que já desenvolve um trabalho similar ao Centro-Dia atende um público variado; as APAEs, por exemplo, atendem, muitas vezes, um público-alvo característico da educação especial e não necessariamente com direitos violados.

Pela convidada do MDS, Deusina, foi dito na Oficina do Grupo 01 que o público do Centro-Dia é a pessoa com deficiência, pois somente com essa condição uma pessoa pode ser considerada como tendo um direito violado, ela coloca que essa posição já é consenso entre os gestores da Assistência Social, não havendo necessidade de discuti-la. Observou-se que o consenso não se reproduziu entre os técnicos que executam a política no grupo de trabalho da oficina, pois foi seguida de longo debate, que revela polêmica sobre as afirmações da participante.

Foram levantadas muitas outras questões, como a semelhança com o serviço ofertado pela Proteção Social Básica, o atendimento de pessoas com deficiência com o direito não violado diretamente em detrimento das pessoas com deficiência que sofrem violação de direitos e não são atendidas pelos serviços do Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que muitos não desfrutam de convivência comunitária e até familiar.

É notável as discrepâncias quanto ao que se configura como desafio ou potencialidade para as unidades; por exemplo, ao mesmo tempo que algumas unidades têm dificuldades para

identificar precisamente as necessidades do público atendido, outras já direcionam o trabalho para estas pessoas, ou seja, já conseguiram realizar tal identificação.

5.2.2. Metodologia de Trabalho para Atendimento ao Usuário

Desafios	Potencialidades
<p>1) Falta de profissionais (cuidadores, principalmente);</p> <p>2) Inexistência de fluxos e protocolos de atendimento;</p> <p>3) Escassez de recursos financeiros;</p> <p>4) Pouca clareza sobre os objetivos do atendimento de crianças e adolescentes no Centro-Dia;</p> <p>5) Metodologia própria ao Centro-Dia é indefinida, deixando margem para uma multiplicidade de trabalhos tão grande que chega a ser desorientadora;</p> <p>6) Diferenciar o PcDIF do serviço da PSB;</p> <p>7) Estabelecer as competências próprias do Centro-Dia;</p> <p>8) Personalizar a oferta do serviço à necessidade da pessoa;</p> <p>9) Viabilizar o transporte dos usuários à unidade;</p> <p>10) Integrar a família ao atendimento do usuário direto;</p> <p>11) Reordenar ou re-caracterizar os serviços oferecidos pela APAE;</p> <p>12) Oferta de capacitação continuada para os técnicos que já atuam nos serviços;</p> <p>13) Elaborar instrumentais para acompanhamento dos atendimentos e da rotina de trabalho da unidade (POC/ Plano de Trabalho da Unidade - PTU e PIA);</p> <p>14) Ofertar diferentes serviços de diferentes políticas com a mesma equipe técnica / distinguir os objetivos de cada um destes serviços;</p>	<p>1) Existência de estrutura física e de equipe frequentemente engajada, comprometida e que se identifica com o público-alvo para executar o serviço;</p> <p>2) Disponibilidade de recursos como o PPAS I para financiamento do PcDIF;</p> <p>3) Oferta de capacitação continuada para os técnicos que já atuam nos serviços;</p> <p>4) Constante melhoria da qualidade do acompanhamento familiar por parte da rede de proteção (CRAS, CREAS e outros) com possibilidade de esta parte indicar diretrizes para o trabalho a ser realizado no Centro-Dia;</p> <p>5) Existência do Programa Família Paranaense que qualificou as estratégias de acompanhamento familiar;</p> <p>6) Articulação com a rede;</p> <p>7) Reconhecimento e valorização dos serviços por parte da comunidade;</p> <p>8) Possibilidade de visitar o domicílio dos usuários, dentre outras ações que fortalecem o vínculo das famílias com os serviços;</p> <p>9) Utilização de metodologias que possibilitam o desenvolvimento de atividades de vida diária e de vida prática.</p>

<p>15) Ausência de orientações formais para as unidades referenciadas / similares ao Centro-Dia;</p>	
<p>16) Viabilizar o atendimento dos usuários e suas famílias em domicílio.</p>	

Ao se tratar da metodologia do serviço, a questão do público a ser acompanhado voltou a ser levantada. A necessidade de diagnóstico foi discutida e identificada como uma etapa prévia para que sejam definidos planos de ação e organização de instrumentais de atendimento, como o Projeto Político Pedagógico / Plano de Organização do Cotidiano / Plano de Trabalho da Unidade e até mesmo o Plano Individual de Atendimento.

A representante do MDS explanou sobre a necessidade do serviço contar com o profissional cuidador e afirmou que os serviços que funcionam em domicílio devem ter agenda em conjunto com a família, que as ações devem contar com o período em que o cuidador (profissional) possa ficar com a pessoa em situação de dependência para que o cuidador (familiar) possa ter um tempo para si, fazendo com que esse tempo não se resuma a simplesmente a visita técnica, mas vá além com ações planejadas de atendimento e avanços na autonomia do usuário.

Pensou-se na criação de Grupos de Trabalho - GTs municipais (congregando órgão gestor, Centro-Dia e CREAS referenciado, com possibilidade de incluir gestor estadual) para discutir o tema, a fim de subsidiar as equipes dos municípios.

5.2.3. Referenciamento ao CREAS

Desafios	Potencialidades
<p>1) Inexistência de equipe exclusiva para o CREAS ou para cada serviço do CREAS, nos casos de Municípios com alta demanda para este equipamento.</p> <p>2) Diferenciar PAEFI, PcDIF e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;</p> <p>3) Estabelecer fluxos entre o CREAS, o Centro-Dia e o CRAS, para distribuição das demandas de atendimento no que diz respeito a presença ou ausência de violação de direitos;</p> <p>4) Inexistência de CREAS nos Municípios;</p> <p>5) Sobrecarga dos CREAS no atendimento às demandas do Judiciário e do MP;</p>	<p>1) Existência de entidades no Município que atendem o público que pode ser caracterizado com sendo do Centro-Dia;</p> <p>2) Experiência das entidades dos Municípios (especialmente as APAE's) em atender o público em situação de dependência;</p> <p>3) Boa relação entre as APAE's e o órgão gestor;</p> <p>4) Articulação das unidades Centro-Dia e similares com demais equipamentos da rede quando não há CREAS nos Municípios;</p> <p>5) Equipe de PSE no órgão gestor é exclusiva para a articulação com os equipamentos, não executando atividades de gestão.</p>

6) Falta de equipamentos e mobiliários no CREAS, dificultando o atendimento qualificado às famílias.	
---	--

Há muitas dúvidas em relação ao referenciamento do Centro-Dia ao CREAS e não foi relatado exemplos práticos desta ação. Em muitos municípios a equipe do CREAS é reduzida e não contam com o número mínimo de profissionais indicado na NOB-RH/SUAS. Observou-se a necessidade de aprofundamento da discussão e elaboração de fluxos e protocolos que defina papéis e responsabilidades, identifique a rede necessária e sistematizem a interlocução das duas unidades, envolvendo inclusive o CRAS, considerando a existência de demandas de pessoas em situação de dependência de cuidados que estão em risco e vulnerabilidade social, mas que ainda não sofreram violação de direitos.

5.3. Oficina 02 – Projetando e planejando o futuro

Reconhecer as potencialidades e desafios das equipes também foi uma forma de caracterizar o trabalho que elas desenvolvem nos territórios onde atuam. Após a elaboração dos cenários de atuação no primeiro dia, a proposta da Oficina 02 consistiu em construir um planejamento para ações futuras dos equipamentos, que fosse pensado em conjunto: Centro-Dia ou similar, CREAS, Órgão Gestor e Escritório Regional.

Para isso, foi utilizado um instrumental (anexo 02), sendo preenchido 01 (um) por subgrupo, seguindo a mesma divisão do dia anterior. O referido instrumental foi constituído por campos a serem preenchidos, após reflexão sobre as ações importantes no território para reordenar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias - **PCDIF** em Centro-Dia ou similar. No caso das entidades que não desejam se alinhar à política de assistência social, foi dada a possibilidade de planejar a otimização dos serviços prestados. O instrumental continha os campos: ação/ como fazer/ prazo/ envolvidos a serem planejadas para cada uma das dimensões discutidas no dia anterior sendo: perfil do usuário/público-alvo; metodologia de trabalho/de atendimento ao usuário e referenciamento ao CREAS. Os subgrupos tiveram aproximadamente 40 (quarenta) minutos para discutir com sua equipe o conteúdo que apresentariam para o grande grupo, em seguida.

Foi orientado que as ações elencadas fossem do alcance dos participantes ali presentes e que cada um dos componentes se comprometesse a assumir suas responsabilidades frente ao planejamento, de acordo com seu local de atuação. Espera-se que o planejamento realizado seja utilizado como instrumento de orientação da atuação no território, podendo ser modificado, tanto

que mantenha-se a mobilização na rede para a organização e qualificação dos serviços prestados.

O Subgrupo 01 iniciou o planejamento de ações que contemplassem as três dimensões trabalhadas nas discussões, elencando os principais desafios a serem superados. Entretanto, pelo adiantado da hora, foi concluído o planejamento apenas da dimensão Perfil do Usuário / Público-alvo, sendo que as facilitadoras se comprometeram a terminar o plano seguindo os desafios levantados no debate e propostas do Subgrupo 02.

Após a discussão, em ambos os grupos, os subgrupos apresentaram aos demais participantes da oficina, quais foram os resultados obtidos, com a finalidade de compartilhar seus projetos, podendo receber sugestões dos outros grupos e mesmo inspirar outros participantes com modos de atuar que não foram pensados pelas outras equipes.

Cabe destacar que a periodicidade dos prazos indicados correspondem: de 3 a 6 meses (Curto Prazo), de 6 meses a 1 ano (Médio Prazo) e acima de 1 ano (longo Prazo). Lembrando também, que embora nos subgrupos apareceram ações muito pontuais afetas aos respectivos municípios e/ou Escritórios Regionais, no momento da elaboração do presente Relatório e análise da equipe da CPSE foi de que de uma forma ou de outra compareceram nas discussões de todos os subgrupos, e estas ações afetava a todos direta ou indiretamente, assim foram incluídas para todos os Ers e municípios envolvidos nesse processo de implementação e/ou reordenamento do Centro-Dia, conforme indicadas abaixo.

5.3.1. Quadro 1: Planejamento do Grupo 01

Ação	Responsáveis	Prazo
Diagnóstico/ mapeamento considerando o perfil do público já atendido e reconhecimento da demanda. Utilizando a Vigilância socioassistencial/ BPC/ CadÚnico - PBF/ IBGE/ Busca ativa/ RMA/ Sistemas de informação municipais próprios gov. e não gov	Órgão Gestor	<u>Médio Prazo</u>
Cruzar demanda/ oferta/ capacidade - Planejamento e identificação de rede e capacidade instalada.	Órgão Gestor	<u>Curto Prazo</u>
Discutir a heterogeneidade, as prioridades, faixa etária e perfil geral do público-alvo atendido pelo Centro-Dia - Criação de GT municipal (órgão gestor/	Centro-Dia (gov./ não gov.)	<u>Médio Prazo</u>

Centro-Dia gov. e não gov./ CREAS referenciado, com possibilidade de incluir gestor estadual) para discutir o tema, a fim de subsidiar o órgão gestor.		
Referenciar o serviço. Apropriar-se da metodologia do Centro-Dia e articular com o serviço no domicílio na rede referenciada e gestão dos serviços - GT e ou utilizar os espaços já existentes. Ex: comissão de enfrentamento as violências entre outras.	CREAS	<u>Médio prazo</u>
Apoio e orientação técnica – Reuniões sistemáticas. Ampliar o debate sobre o Centro-Dia replicando a metodologia.	ERs.	<u>Médio prazo</u>
Referência e Contra-referência – Reunião para definição de fluxo.	Órgãos Gestores, CREAS e Centros-Dia dos Municípios participantes	<u>Curto Prazo</u>

5.3.2. Quadro 2: Planejamento do Grupo 02

Ação	Responsáveis	Prazo
Reunião técnica com o Escritório Regional - Reunião para provocação e repasse da qualificação e reflexão sobre a situação da regional, envolvendo Órgão Gestor, CRAS, CREAS, CMAS, APAEs, Conselho Regional das APAEs	ER	<u>Curto Prazo</u>
Reunião Conjunta Intersetorial – Reunião conjunta para alinhamento, planejamento e articulação da oferta do serviço e sua execução na regional envolvendo pelo menos 06 (seis) representantes dos respectivos municípios de abrangência do ER, principalmente aqueles municípios que possuem a unidade Centro-Dia e similares, além de diagnóstico e Plano de Ação Municipal e Regional como pauta para a reunião (ões). Participantes: Representantes do CREAS, Órgão Gestor, equipe da PSB, equipe da PSE, Unidades Referenciadas (OSCs) que executam o serviço direto,	ER	<u>Curto a Médio Prazo</u>

Saúde, CMAS, CMDPI, CMDPD e Promotorias		
Definição do público-alvo – Estudos de caso, reuniões e capacitação da equipe, envolvendo os Escritórios Regionais, os Órgãos Gestores e as Equipes de Centros-Dia dos municípios participantes – utilizar espaços já existentes: Comissão de Enfrentamento a Violência, Núcleos da Paz, entre outros.	ER e Órgão Gestor	<u>Médio Prazo</u>
Elaboração de Instrumentais Técnicos – Discussão e elaboração, podendo ser por Grupos de Trabalho	Órgão Gestor e ER	<u>Curto Prazo</u>
Adequação do RH – Construção de proposta de reestruturação de Plano de Cargos e Salários, envolver Órgão Gestor, os “equipamentos sociais” e o CMAS dos Municípios	Órgão Gestor	<u>Longo Prazo</u>
Referência e Contra-referência – Reunião para definição de fluxo.	Órgão Gestor, CREAS, Centros-Dia, Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça, entre outros	<u>Curto Prazo</u>
Diagnóstico da viabilidade da implementação do serviço – Dados após a Vigilância Socioassistencial (equipe própria) ou empresa para fazer o levantamento, envolvendo a Saúde, Sistema de garantia de direitos e Justiça entre outros.	Órgão Gestor - Secretaria de Assistência Social,	<u>Curto Prazo</u>
Implantação do Serviço e aprovação pelo CMAS - inclusão no orçamento municipal (LDO/LOA, PPA), bem como pauta para cofinanciamento federal estadual – a depender da situação da estruturação do serviço no município – de 3 meses a 1 ano – <u>Curto, Médio e Longo Prazo.</u>	Órgão Gestor/ Secretaria de Assistência Social junto ao Legislativo, CMAS,, CMPCD, CMDI	<u>Longo Prazo</u>
Contratação de equipe exclusiva e espaço adequado - Concursos, envolvendo o Poder Executivo - contratação temporária.	Secretaria de Assistência Social	<u>Curto Prazo</u>
Parcerias com entidades para executar serviço não-governamental – Contratação (parcerias)	Órgão Gestor/ Secretaria de	<u>Longo Prazo</u>

Público/Privado. Convênios envolvendo o Poder Executivo.	Assistência Social	
--	--------------------	--

Todos os envolvidos no processo de discussão e planejamento, mesmo os agentes que não estavam presentes devem ser convidados a se corresponsabilizar pelo êxito das ações, e cada um, com suas devidas atribuições pode compor uma rede articulada que mobiliza esforços para facilitar a execução do trabalho facilitando a atuação dos profissionais, otimizando recursos humanos e financeiros, bem como se debruçando muito mais na perspectiva da prevenção das violações de direitos, atendendo com mais qualidade, agregando e eficiência, eficácia e efetividade a população assistida pela política da assistência social. Ações de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento das ações elencadas, estão sendo planejadas pela CPSE, que parabeniza a todos os participantes pelo comprometimento, e deseja a todos muito sucesso no desenvolvimento de seus trabalhos.

6. OFICINAS RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

6.1. Oficina 01 – Conhecendo a Realidade

A Oficina 01 da Residência Inclusiva – Conhecendo e discutindo a realidade, foi coordenada por Larissa Sayuri Yamaguchi e Priscila Lopes de Oliveira (técnicas da CPSE/SEDS), contou com a participação de técnicos das Residências Inclusivas municipais e regional (governamental e não-governamental), gestores municipais, representantes de alguns ERs que tem RI no território, OSC's, entidades parceiras da SEDS que atendem jovens e adultos com deficiência na modalidade acolhimento institucional e empresas parceiras da SESA contratadas para prestar serviço de reabilitação psicossocial, dentre outros convidados.

Inicialmente foi apresentado o Mapa da Oficina, especificando que a mesma seria dividida em dois momentos. O primeiro teria como objetivo a apresentação dos serviços de RI municipais e regionalizada, sendo que, para isso, as equipes foram convidadas previamente e solicitadas a elaborar apresentação sobre o serviço ofertado no Município. No segundo momento todos seriam divididos em subgrupos e convidados a refletir respondendo a um questionário (anexo 03) com as seguintes perguntas: **O que deu certo até aqui? O que precisa melhorar? Qual a minha responsabilidade para o sucesso da Residência Inclusiva? Que resultados podemos ou pretendemos alcançar em 2019?**

Destaques das apresentações:

- Apucarana: Articulação intersetorial - o serviço que é governamental conseguiu ser

reconhecido na rede municipal de políticas públicas, relataram não ter dificuldades para os encaminhamentos dos usuários. Estão conseguindo trabalhar a individualidade dos acolhidos, a partir da utilização do BPC;

- Cascavel: Protagonismo e Participação Social - os (as) acolhidos (as) estão sendo inseridos (as) em espaços de discussão de direitos da pessoa com deficiência, por meio da participação em manifestação popular;
- Foz do Iguaçu: Autonomia, fortalecimento dos vínculos familiares e trabalho em rede – os (as) acolhidos (as) estão inseridos (as) em ações dos serviços de CRAS, ensino regular, Casa de Ofícios. O serviço destacou o matriciamento e referenciamento em Saúde, acesso a outros serviços municipais, como ações fundamentais para os processos de desacolhimento realizados pelo serviço;
- Irati: Equipe de referência – o serviço destacou a importância da equipe de referência completa, principalmente a de nível superior para o bom desempenho do serviço, suporte e apoio à equipe de cuidadores, possibilitando o desenvolvimento de ações mais concretas para fortalecimento de vínculos e reintegração familiar. Destaque também para parceria com a UNICENTRO que, por meio do curso de Psicologia, promoveu a sensibilização da comunidade referente ao funcionamento e público das RIs e as atuais estagiárias do curso referido desenvolverão ações de saúde mental para as cuidadoras.
- Ponta Grossa: Respeito à individualidade e à história do usuário – a equipe da RI mostrou flexibilidade para trabalhar questões como sexualidade dos acolhidos, pautando a conversa na orientação e respeito a individualidade dos acolhidos.
- Toledo: não tinha representante do município, sendo o serviço apresentado pela técnica Rozana Maria da Silva do E.R. de Toledo que acompanha o serviço, a qual registrou o bom funcionamento do mesmo e que trabalha com mãe social e não cuidadores. O serviço foi reordenado e é executado pela APAE.

Durante e após as apresentações surgiram muitos questionamentos e troca de experiências, e, para não perder o foco decidimos por não aplicar o instrumento. Priorizamos que os técnicos seguissem com suas contribuições, nesse ponto todos os presentes puderam se manifestar, incluindo os serviços que não são Residência Inclusiva, mas como já informado tem o público-alvo com as mesmas características.

De modo geral, identificamos que, apesar das dificuldades, as equipes estão conseguindo desenvolver a metodologia do serviço.

A maior dificuldade elencada foi a questão da composição das equipes e articulação

intersetorial. A maioria dos serviços não tem a equipe completa conforme é sugerido nas “Orientações Técnicas para o Serviço de Residência Inclusiva”, principalmente a de nível superior. Para acesso aos usuários nas demais políticas, ainda precisam contar com o apoio de pessoas conhecidas nos equipamentos, ou seja, não existe um reconhecimento do serviço na rede e um fluxo estabelecido.

A oficina foi importante para que as equipes pudessem refletir sobre suas ações, mostrar suas potencialidades e compartilhar seus desafios e as conquistas que já tiveram desde a implantação do serviço.

6.2. Oficina 02 – Projetando e planejando o futuro

Inicialmente foi apresentado o Mapa da Oficina, especificando que a mesma seria dividida em dois momentos. No primeiro momento o grupo foi dividido em 06 (seis) subgrupos e cada um receberia um relato de um caso de acolhimento, com o objetivo de construir ações a partir do estudo de caso. No segundo momento, os técnicos dos serviços deveriam se reunir com o gestor do seu Município e representante do ER da SEDS para refletirem e projetarem o futuro a partir das seguintes perguntas: **Onde queremos chegar? Como faremos?** E por fim: **Identificação dos envolvidos**. Elaborando sugestões de ações para alcançar os objetivos da RI.

Dividimos os presentes em 06 (seis) subgrupos, todos receberam trechos de um caso (anexo 04), que relatavam diversos momentos de uma situação de acolhimento de uma mesma pessoa. A intenção foi apresentar as situações cotidianas, em que as equipes se deparam com poucas informações, encaminhamentos imediatos e emergenciais, situações de conflito, e as dificuldades do trabalho em rede e multiprofissional, falta de comunicação que muitas vezes ocorre dentro da equipe do serviço.

O caso foi estruturado em seis momentos com uma breve descrição e posteriormente questões norteadoras para suscitar as reflexões e encaminhamentos, abordando os seguintes aspectos:

- 1º - Solicitação judicial do acolhimento;
- 2º - Avaliação do caso;
- 3º - Projeto de Vida (PIA) – planejamento das ações;
- 4º - Trabalhando a adaptação do usuário e situações de conflitos;
- 5º - Como enfrentar situações de conflito com a comunidade e profissionais;
- 6º - Como trabalhar com pessoas com grau de dependência nível III.

Depois de um tempo de discussão foi revelado aos subgrupos que todos tinham recebido

parte de uma mesma história e poderiam trocar informações. Neste momento, provocamos a reflexão da importância da troca de informações entre as equipes dos serviços e do trabalho em rede.

Seguindo a sequência do caso, os grupos foram apresentando suas propostas para atendimento do caso.

Principais destaques:

- Referenciamento do CREAS;
- Necessidade de estabelecer fluxo e protocolos da rede intersetorial de atendimento;
- Relataram a importância de trabalhar a capacitação dos profissionais, incluindo os profissionais de nível médio e fundamental;
- Buscar ações e/ou alternativas que atendam as necessidades do usuário, e que valorizem as habilidades do mesmo;

Por fim, entregamos os instrumentos que seriam trabalhados nas duas oficinas para que as equipes pudessem levar como tarefa no retorno para suas atividades e utilizarem nas discussões e planejamento de ações do serviço (anexo 05), inclusive compartilhando com os colegas que não estavam no evento. E, seguir para além da capacitação com as reflexões e ações necessárias para avançar com o serviço e consolidá-lo em seus municípios.

7. AVALIAÇÃO DO ENCONTRO PELOS PARTICIPANTES

Ao todo, participaram do Encontro 158 pessoas de 43 municípios do estado. O evento foi avaliado por 65 participantes (41%) e a classificação de avaliação variava da nota 1 (Ruim) a 5 (Excelente).

Observou-se que em média, a avaliação do evento foi ótima em todos os aspectos – com destaque para a Programação, a Organização e a Pontualidade e – sendo os aspectos Atendimento da Equipe Organizadora e a Estrutura do Local os mais bem avaliados. Isso sugere uma satisfação geral dos participantes em relação ao evento, especialmente em relação ao atendimento prestado pela equipe da CPSE e em relação aos espaços físicos nos quais o evento foi realizado.

O aspecto que parece merecer mais atenção em futuros eventos é a divulgação, tendo em vista o maior número de notas 2 (Regular) atribuídas a este aspecto; uma hipótese, para essas notas, pode ser em função da expectativa dos participantes de que o evento fosse mais abrangente tanto na representação de profissionais quanto de quantidade de municípios e/ou entidades. No entanto, para esse Encontro foi limitado esta participação, em razão da capacidade

do local, bem como da impossibilidade de abrir a discussão para todos os municípios neste momento, cuja perspectiva é que seja retomada em 2019.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este II Encontro propiciou o aprofundamento das discussões quanto a oferta e metodologia nas RIs, possibilitando verificar o quanto os serviços avançaram em seu processo de trabalho na conquista da autonomia dos acolhidos. A participação das entidades parceiras da SEDS (Pequeno Cotelengo, APAE, Casa de Maria e APADEFIC) e da SESA (instituições de reabilitação psicossocial e Casas de Apoio), embora a oferta seja em modalidade distinta, agregou nas discussões que foram direcionadas para um atendimento mais humanizado, principalmente por meio do compartilhamento de experiências. Foi ressaltada a importância da articulação e trabalho em rede intersetorial e do fortalecimento e efetividade da rede socioassistencial, pois, desta forma, necessitará de menos serviços de proteção social de alta complexidade. Portanto, ainda são muitos desafios, mas deve-se considerar todas as conquistas até aqui sempre com flexibilidade e criatividade, reinventando a realidade e reconstruindo histórias, lembrando que, independente das estratégias, recursos e caminhos adotados, a metodologia de trabalho deve ser inclusiva.

No processo de capacitação para os Centros-Dia, essa foi a primeira vez que incorporamos a rede não governamental que ofertam esse serviço. A considerar as especificidades desse serviço ofertado no CREAS e no domicílio do usuário, que não foi o foco das discussões neste momento, entendendo que há necessidade de conhecermos o funcionamento da rede governamental e não governamental que já ofertam o serviço, conforme informações contidas no CADSUAS e Censo SUAS. Se avançarmos nessa rede que está posta na perspectiva de reordenamento, com certeza ocorrerá o fortalecimento, qualificando-a, e porque não ampliando o atendimento e chegando naquelas pessoas que por ventura estejam esquecidas em seus domicílios sobrecarregando seus cuidadores familiares.

Porém, são muitos os desafios, principalmente pela história da implantação dessa rede, e a interlocução com as políticas da saúde e educação, necessária, mas com clareza de responsabilidades, papéis, diretrizes metodológicas que norteiam o serviço, cujo planejamento inclui desde o projeto político pedagógico, quanto aos Planos: Individual de Atendimento – PIA e de Atendimento Familiar - PAF, culminando no perfil e/ou público-alvo prioritário, esse último por sinal, foi o eixo que gerou mais polêmica devido aos entendimentos e conceituações distintas, tanto pela formação dos profissionais, quanto pelo lugar que ocupa nessa oferta, além de realmente não existir um lócus para essa discussão, sedimentação e normatização.

Assim, o objetivo do Encontro não foi esgotar a discussão, ou abarcar todos os

aspectos e/ou dimensões para a execução desse serviço, mas iniciar o debate por questões estruturais que podem promover um movimento para o reordenamento e a qualificação do serviço.

Por fim, o que ficou desse Encontro:

- A importância da pauta;
- A garantia desse espaço, propiciando a participação de técnicos do CREAS, Órgão Gestor e da rede governamental e não governamental;
- Há que se aprofundar e destrinchar questões conceituais que ainda precisam de alinhamento, como por ex.: vulnerabilidade e risco social; violação de direitos; deficiência intelectual, pessoas com deficiência grau III;
- A demanda continua na invisibilidade, pois o atendimento ocorre pelo usuário já frequentar serviço de educação e/ou saúde, e continua na unidade, sem enxergar a “necessidade” e/ou perfil, de pessoas com deficiência e idosas com algum grau de dependência, por violação de direitos. Nesse quesito, o diagnóstico é fundamental, começando pelos atendimentos atuais, para posteriormente chegar naqueles que estão a descoberto (demanda reprimida). Mapear a rede existente, identificar a necessidade de qualificá-la e/ou ampliá-la. Esse é o planejamento, pautado na realidade: demanda x capacidade, quais minhas potencialidades e desafios? distribuindo no tempo a superação;
- As condições mínimas dos municípios para a oferta do serviço, que vai além de recursos financeiros, perpassam por estrutura física, quadro de recursos humanos ampliados e qualificados, abarcando principalmente metodologia de trabalho com este público-alvo, separando o que é da Educação, o que é da Saúde (que relativamente é fácil, no entanto é o mesmo público que continua no equipamento/unidade para usufruir desse serviço) e o que é da Assistência Social, nesta última ainda, o que é proteção social básica e o que é proteção social especial (média e alta complexidade – temos Centro-Dia no Estado que funcionam 7 dias por semana);
- O consenso da continuidade do debate.

9. ENCAMINHAMENTOS

- Videoconferência em parceria com o Ministério Público sobre interdição e curatela da pessoa com deficiência e da pessoa idosa em situação de acolhimento institucional;
- Na próxima capacitação compartilhar experiências do Serviço: Centro-Dia Gov e Não Gov, no domicílio do usuário e no próprio CREAS;

- Escritórios Regionais da SEDS replicar o Encontro regionalmente, principalmente pela capilaridade e possibilidade de envolver toda a rede;
- Municípios implementar o planejamento realizado no Encontro, perseguindo a readequação do serviço;
- Escritório Regionais acompanhar a execução do planejamento realizado;
- Aprofundar discussões com os CREAS sobre o PCDIF, o que o diferencia do PAEFI na prática;
- Ampliar as discussões referentes ao Centro-Dia para Pessoa Idosa e ILPIs – adentrar mais nas questões do envelhecimento – envolvendo os Escritórios Regionais.

10. ANEXOS

Os anexos citados no presente relatório encontram-se compilados em documento a parte, que pode ser acessado através do site da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/>) através do diretório Capacitação → Material de Apoio → Anexos – Relatório Final – II Encontro de Residências Inclusivas e Centro-Dia do Estado do Paraná.